



Patrimônio(s) e Lugares de Memórias: uma reflexão sobre a cidade do Porto, Portugal

Heritages' and Places of Memories: a reflection about the city of Porto, Portugal

Catarina Nogueira Pereira

Gestora do Patrimônio pela Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e mestranda em História e Patrimônio – Ramo Estudos Locais e Regionais – pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

E-mail:

catarina_nogueira@live.com.pt

Diogo Guedes Vidal

Sociólogo, mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e doutorando em Ecologia e Saúde Ambiental pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa. Pesquisador na Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde (FP-ENAS) da Universidade Fernando Pessoa.

E-mail: diogovidal@ufp.edu.pt

Resumo

As cidades contemporâneas são cada vez mais lugares utilizados não só por uma população residente mas, sobretudo, por uma população sazonal. O Porto (Portugal) é hoje palco de um fenómeno de turismo que se encontra legitimado pelo reconhecimento do mesmo enquanto Melhor Destino Europeu, mas a cidade não se esgota nos elementos patrimoniais classificados e integrantes dos roteiros turísticos. Nas Ruínas do Edificado encontram-se resquícios de práticas comuns a um grupo, sendo lugares com memória que contribuem para uma memória coletiva. Ainda que em ruínas ou em vias de requalificação para um outro uso, não deixam de fazer parte do imaginário da cidade. A proposta deste artigo assenta numa discussão sobre a evolução do conceito de património, ilustrando-a com as ruínas do edificado da cidade do Porto (Portugal) enquanto elementos importantes para a construção da memória coletiva.

Palavras-chave: Patrimônio. Sociologia. Ruínas. Memórias.

Abstract

Contemporary cities are increasingly used not only by a resident population but, above all, by a seasonal population. The city of Porto (Portugal) is today the example of a tourism phenomenon that is legitimized by the recognition of it as Best European Destination, but the city is not exhausted in the patrimonial elements classified and integral of the tourist itineraries. In the Ruínas do Edificado there are remnants of practices common to a group, being places with memory that contribute to a collective memory. Although in ruins or in requalification for another use they are also part of the imaginary of the city. The proposal of this article is based on a discussion about the evolution of the concept of heritage, illustrating it with the ruins of the the city of Porto (Portugal) as important elements for the construction of collective memory.

Keywords: Heritage. Sociology. Ruins. Memory.

Introdução

Os territórios urbanos, mais concretamente as cidades, têm vindo, ao longo dos últimos anos, a ser alvo de processos transformativos devido ao fator turismo. A crescente vaga de movimento de população sazonal corporiza um novo grupo urbano que, mediante o mercado turístico e a apresentação que o mesmo faz do património cultural, consome os bens patrimoniais das cidades. Mas o conceito de património, os seus usos e os seus sentidos, não são processos estanques e inalteráveis. As mudanças sociais, as ruturas políticas e económicas são os motores de engrenagem que conduzem a modificações profundas no património, adaptando-o aos novos paradigmas vigentes. A noção de um património construído por um grupo de elites dominantes de uma sociedade moderna, do século XIX, deu lugar a uma vontade de conservação e preservação a todo custo no pós-guerra mundial, ainda numa dimensão puramente material do património, monumental por sinal. A sociedade reconfigura-se e o património cultural acompanha essa mudança com o reconhecimento do património natural enquanto elemento a ser reconhecido e valorizado. Só mais tarde, fruto de trabalhos multidisciplinares do campo da antropologia, sociologia e história, é que a importância da dimensão imaterial do património cultural ganha relevo, a par da substituição de uma prática de salvaguarda em detrimento de uma componente meramente de preservação. O património cultural, entendido agora como uma construção social que resulta do reconhecimento que um determinado grupo ou comunidade faz sobre a importância do mesmo para a sua identificação e transmissão às gerações futuras, torna-se um elemento importante, também, na construção da memória coletiva e do sentimento de pertença. A memória coletiva, fragmento do passado e das memórias individuais, deve ser salvaguardada e reconhecida como uma dimensão imaterial do património que se encontra presente, por exemplo, nas Ruínas do Edificado da cidade que outrora tiveram os seus usos e sentidos e que agora não passam de memórias que podem unir, fomentar a coesão e o sentimento de identificação de um grupo.

O presente artigo objectiva reflectir, numa lógica de exercício, sobre as Ruínas do Edificado da cidade do Porto, enquanto elemento ilustrativo, apoiando-se numa exposição e discussão bibliográfica sobre a temática do património. Desta forma, inicia-se uma discussão teórica - “Patrimónios e Identidades: notas para uma nova abordagem” - sobre a evolução histórica e conceptual do conceito de património desde o século XIX até ao momento actual, através de obras e documentos resultantes de convenções internacionais. Após esta discussão, o texto embarca numa reflexão - “Das Ruínas do Edificado aos Lugares de Memória” – em que as Ruínas do Edificado da cidade do Porto, e o seu processo de turistificação, são utilizadas como ilustração das ideias anteriormente discutidas, terminando com uma conclusão em que a tónica é colocada na necessidade de salvaguardar o

patrimônio cultural e de entender as Ruínas do Edificado como veículos para a (re)construção da memória coletiva mas, também, como algo fluído e transformativo das sociedades.

1 **Patrimônios e identidades: notas para uma nova abordagem**

O século XIX é pautado por uma ruptura do paradigma vigente. Esta mudança teve impacto em todas as esferas da vida social, política, económica e cultural, com a introdução de uma nova conceção de sociedade alicerçada no principal motor de mudança da época: a Revolução Industrial. Esta Revolução não se pautou somente pela introdução da máquina e da divisão do trabalho, introduzindo profundas mudanças na conceção que o Homem possuía sobre o mundo, reconfigurando as paisagens das cidades, com a criação de grandes complexos industriais que, por conseguinte, despoletaram a aceleração da urbanização e a grande concentração populacional nas cidades.

O século XIX revelou-se um período contraditório no lugar que o património ocupou na sociedade. Se por um lado fora marcado pela disseminação das medidas protecionistas, ou seja, por uma lógica de preservar a todo o custo, por outro, fora alvo, o património, de lapidação, roubo e destruição (TORRICO, 2006). Importa que percebamos que, se estamos perante uma rutura, surge, de imediato, uma força que dificilmente se consegue travar: o radicalismo. O que é característico e fruto do paradigma outrora vigente deixa de fazer sentido, sendo o seu fim a destruição. Esta lógica de destruição patrimonial desemboca, a par do surgimento e consolidação dos novos modelos de estado-nação (TORRICO, 2006), numa vontade política de desenvolver mecanismos de proteção e valorização dos bens patrimoniais. Ainda neste surgimento, importava aos estados-nação tornar clara a sua afirmação e hegemonia no panorama internacional, ou seja, demonstrar aos outros a sua identidade, a sua cultura, a sua particularidade (TORRICO, 2006). É nesta altura que, muito fruto da afirmação política dos estados, se torna explícita a dimensão elitista e monumental do património. Françoise Choay discute esta noção de monumento, diferenciando-o do monumento histórico. O primeiro sugere memória, ou seja, "...a qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças" (CHOAY, 1999, p. 17). O monumento histórico é uma criação posterior à sua construção inicial, sendo o processo ou o momento em que é considerado um elemento para preservação. É pois nesta época que o processo de patrimonialização assentava no princípio do património como representação da monumentalidade e da grandiosidade da sociedade, ou seja, o património como veículo de afirmação do poder do grupo (TORRICO, 2006).

Nos anos 60 e 70 do século XX – quase 200 anos após o auge da Revolução Industrial – assiste-se a um questionamento para a mudança sobre o significado de patrimônio (TORRICO, 2006). Contrariando a concepção do século XIX, esta nova visão sedimenta-se na valorização da diversidade cultural, procurando desconstruir uma ideia de evolução cultural, de um processo evolutivo de uma cultura primitiva para uma cultura ocidental (TORRICO, 2006). Ainda hoje se assiste a um discurso de misticismo e esoterismo de uma cultura primitiva, muito disseminado pelos meios de comunicação e pelos organismos turísticos, nomeadamente dos países africanos, asiáticos e sul-americanos. Esta imagem socialmente construída de um lugar cujas tradições se mantêm “autênticas” possibilita a interligação com o texto de Hobsbawn (2002) em que o autor discute o conceito de “tradição inventada”. Para o Hobsbawn (2002), a tradição inventada é caracterizada por um conjunto de normas ou regras normalmente estabelecidas pelo mecanismo de repetição dando continuidade com relação ao passado (HOBSBAWN, 2002). A atração turística pelo que é antigo e primitivo leva a que se procure inventar a tradição, criar um cenário o mais próximo do real possível. A ideia transmitida é que ao visitar estes países contactámos com a cultura verdadeira, original, primitiva, “autêntica” e ancestral (FORTUNA, 1995; TORRICO, 2006).

O século XX foi palco de duas guerras mundiais que colocaram em causa a salvaguarda do patrimônio. Fruto desta ameaça, são desenvolvidos neste período um conjunto de documentos e acontecimentos – cartas, convenções e recomendações – que dão conta, primeiro, de uma necessidade urgente de salvaguarda e valorização do patrimônio e, segundo, de uma reflexão e discussão sobre os significados e usos do mesmo. A Carta de Atenas de 1933, a Convenção para a Salvaguarda dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado de 1954 e a 2ª Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos de 1964 representam mudanças substanciais, ainda que alicerçadas numa lógica de mera preservação dos monumentos, da valorização e reconhecimento da importância dos bens patrimoniais, ainda que não se encontre alusão à sua intangibilidade (TORRICO, 2006; SMITH, 2006), ou seja, à sua dimensão imaterial. Após a segunda guerra mundial, fruto das perdas e da destruição patrimonial adota-se uma postura de conservação a todo o custo, de conservacionismo, em relação ao processo de *patrimonialização* (PRATS, 1997). Somente em 1972, com a Convenção para a Protecção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ainda que com um discurso predominantemente de conservação e proteção dos monumentos, se assiste a uma reformulação do conceito de patrimônio, com a introdução de uma necessidade política de valorizar e reconhecer o patrimônio natural. Ainda com esta convenção se registra a utilização de conceitos como identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir, não havendo ainda lugar para a noção de salvaguarda. Desta convenção percebe-se que é colocado do lado do Estado a responsabilidade de proteger e conservar o

patrimônio cultural e natural. Talvez deva ser entendida como um marco na atribuição de uma responsabilidade à escala global sobre o patrimônio, numa tentativa de unir forças em torno de um bem comum. Da mesma faz ainda parte a alusão ao processo de *patrimonialização* – Processo de produção cultural através de elementos culturais que são selecionados e reinterpretados para novos usos sociais (ALMEIDA, 1993) - agora bem mais complexo, continuando a não existir, porém, referências à imaterialidade do patrimônio (UNESCO, 1972).

A leitura das cartas sugere, para além do esforço, a visão meramente preservacionista sobre o patrimônio e a vontade de conservar a todo o custo. Ainda sobre o conteúdo das mesmas, denota-se uma linguagem e uma utilização de conceitos que fazem alusão a um patrimônio somente monumental, material, grandioso e representativo de uma imagem de poder e de passado glorioso de uma nação (SMITH, 2006), não esquecendo que ainda sobre este assunto se pode referir que tais definições espelham um carácter político muito fundado no monumento como símbolo de prestígio e poder. Em 2003, fruto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, vislumbra-se uma abertura do campo do patrimônio, colocando a tónica na sua dimensão imaterial. Segundo a mesma, do patrimônio cultural imaterial fazem parte as expressões culturais e as tradições, formas de vida e de organização social que se preserva como forma de respeito da sua ancestralidade, para as gerações futuras (UNESCO, 2003). A construção desta definição apoia-se na ideia que o patrimônio cultural imaterial resulta de uma transmissão geracional, seja ela milenar ou não, sendo sujeito a readaptações. O patrimônio imaterial contempla tudo o que não é tocável, visível, desde as práticas às formas de vida, respeitando as tradições e costumes de outras épocas. Esta convenção traz à luz do debate a importância da salvaguarda – o conceito de Salvaguarda do Patrimônio pressupõe uma visão mais ampla do que o conceito de Conservação, na medida em que o primeiro procura que esteja assegurada a “...identificação, documentação, investigação, preservação, protecção, promoção, valorização, transmissão - essencialmente pela educação formal e não formal – e revitalização dos diversos aspectos deste patrimônio.” (UNESCO 2003) - em detrimento da preservação e conservação. Ainda que representativa de uma reconfiguração do conceito de patrimônio, esta carta não deixa de fora a ideia de uma identificação universal partilhada, enquanto pertencentes a uma determinada comunidade ou grupo, em relação a um bem patrimonial. Acredita-se que esta é uma ideia incorreta, a de uma universalização do patrimônio e de uma identidade única, na medida em que nos podemos identificar não só com um mas com vários grupos (SMITH, 2006).

O estado atual do conceito de patrimônio leva-nos a entender que, tal como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade refere (2003), existe uma interligação inequívoca entre a dimensão material e imaterial do patrimônio que não pode ser desconsiderada. Esta

ligação possibilita a afirmação de que o que realmente dá início a um processo de *patrimonialização* e ao reconhecimento de um determinado bem é a sua imaterialidade, a sua intangibilidade (TORRICO, 2006). Um bem apenas se torna patrimônio quando é reconhecido dentro de um conjunto de valores culturais e práticas sociais, ou seja, dentro de um determinado grupo. Talvez se possa compreender melhor se apresentarmos um exemplo: a paisagem do Alto Douro Vinhateiro, classificada como Patrimônio Mundial da UNESCO em 2001. Aliadas à beleza inquestionável deste espaço físico, potencialmente turístico, encontram-se as práticas de produção e venda de comércio do vinho, das atividades laborais e as práticas de vindima que ali decorriam. Desta forma, a dimensão imaterial deste patrimônio reside nas atividades humanas que modelaram a paisagem do território do Douro vinhateiro, tendo ainda em consideração o próprio patrimônio edificado – referimo-nos às casas, quintas e palacetes que se encontram relacionadas com a própria atividade econômica da região – enquanto elementos que emergem do desenvolvimento desta atividade. O que se pretende dizer com isto é que por detrás de um monumento considerado e legitimado enquanto bem patrimonial se encontra a imaterialidade das práticas que nele ocorriam e que são essas que conferem ao mesmo o seu caráter patrimonial.

A par desta noção de patrimônio encontramos presente a interligação ao conceito de identidade (PERALTA; ANICO, 2006; TORRICO, 2006). A importância desta ligação reside, para além da sua pertinência, na ponte que se consegue estabelecer com o objeto deste trabalho: os lugares com memória. Segundo Peralta e Anico a “...cultura vive-se e não se conserva, ao contrário do patrimônio.” (PERALTA; ANICO, 2006, p. 1), o que nos leva a perceber que estamos perante uma tentativa de construção de um conceito de patrimônio e de cultura que ajuda no processo de desconstrução de um patrimônio meramente *preservacionista* (DUARTE, 2010), reconstruindo uma leitura e um olhar sobre o mesmo, mais dinâmico e numa lógica de salvaguarda que vai muito além da mera preservação. A ideia de um patrimônio que traduza identidade conduz-nos, tal como já fora referido, a uma ideia de que um determinado elemento traduz a cultura universal de um grupo ou comunidade, sendo, por isso, uma noção fechada. O que um elemento patrimonial deve possibilitar é a identificação enquanto fim em aberto. Identificarmos, após a sua interpretação, com o bem patrimonial, mediante a interação com ele. Retomemos novamente o exemplo da paisagem do Douro. O contemplar e o interpretar da paisagem permite que nos identifiquemos com aquilo que a mesma representa e contém. E, talvez aqui, possamos reforçar a ideia de que o patrimônio é sempre cultural porque se encontra integrado numa determinada cultura (PERALTA; ANICO, 2006) e surgiu da mesma, das suas práticas, ações, acontecimentos e conjuntura. A paisagem vinícola do Douro surgiu exatamente da conjuntura

económica do país, de uma das principais atividades económicas e empregadoras da região norte, o comércio do vinho.

Do patrimônio fazem parte a sua dimensão material e imaterial, natural e cultural, herdados do passado ou emergidos do presente, através do qual um determinado grupo ou comunidade se identifica (ZANIRATO, 2009). Esta noção do patrimônio agrega em si mesma as várias dimensões do patrimônio, fomentando e sublinhando a sua interligação e interdependência. Além disto, releva que o patrimônio não surge somente de um passado mas também do presente. Quando as várias cartas e convenções colocam do lado do Estado a responsabilidade de proteger e salvaguardar o patrimônio, isso só acontece de forma natural se as populações se identificarem com os bens a serem salvaguardados, reconhecendo-se neles. Só assim faz sentido que os mesmos se mantenham, enquanto partes da sua própria história (ZANIRATO, 2009).

As modificações dais quais o conceito de patrimônio foi alvo, traduzem, acima de tudo, que quando falamos de patrimônio estamos a referir-nos à sua dimensão imaterial. Assim, o patrimônio é simultaneamente material e imaterial, enquanto construção social que emerge de um determinado grupo ao qual o mesmo reconhece um determinado grau de identificação (PRATS, 1997).

O final do século XX, e após várias alterações no domínio do patrimônio cultural, o processo de *patrimonialização* refere-se a um processo social, de um determinado grupo, de atribuição de um protocolo formal de classificação e de proteção a uma variedade infindável de bens (PEIXOTO, 1997; FRIAS; PEIXOTO, 2001). Assistimos a uma abertura do campo de possibilidades do processo de *patrimonialização*, sendo atribuídos novos usos e sentidos ao patrimônio, muito fruto do trabalho de antropólogos, historiadores de arte e profissionais da cultura que sublinham a importância da dimensão imaterial do mesmo. A este propósito Almeida (1993) denomina esta mudança como “complexo de Noé”, caracterizada por uma expansiva classificação patrimonial, que se reflete numa gradual variação dos bens classificados: “a classificação patrimonial, hoje, não atinge apenas o monumento mas todo o seu conjunto e envolvência.” (ALMEIDA, 1993, p. 409). As considerações feitas sobre esta abertura do campo da *patrimonialização* foi ampla e diversificada, entendendo que a necessidade de reconhecer o valor da dimensão imaterial do patrimônio cultural era necessária (LOWENTHAL, 1989; HOBBSAWN, 2002), até porque “...a marca de tradição do patrimônio se converte em capital de inovação.” (FORTUNA, 1997, p. 5).

2 Das Ruínas do Edificado aos Lugares de Memória

A noção de patrimônio cultural enquanto elemento fundamental da identidade social e cultural ganha forma após esta discussão, nomeadamente quando o interpretamos, procurando construir uma noção do mesmo como um conjunto de bens materiais e imateriais que um grupo determina como importantes a valorizar e a salvaguardar no presente, tendo em vista o futuro (PRATS, 1997; CHOAY, 1999; PERALTA; ANICO, 2006). Tendo como possibilidade a manutenção e preservação da identidade de um grupo (CHOAY, 1999), pode ser igualmente entendido como um conjunto de símbolos, também eles materiais e imateriais, que se encontram inscritos nas práticas e nos rituais.

A construção da memória coletiva, e a sua manutenção pela via do patrimônio cultural, tem vindo a ser discutida por vários autores (LOWENTHAL, 1989; HALBWACHS, 1992; NORA, 1993). O lugar que a memória ocupa na organização social de um grupo ou comunidade reside no facto da mesma ser dinâmica e ter sempre um fim em aberto, ou seja, podendo ser alterada ao longo dos tempos consoante a própria dinâmica de evolução dos grupos (NORA, 1993). A memória é sempre um elemento atual, beneficiando-se dos importantes contributos da Escola dos Annales através do rompimento de uma visão puramente positivista e voltados para processos de longa duração com a introdução de métodos das ciências sociais (BURKE, 1991). No fundo, trata-se de um esbatimento das fronteiras metodológicas entre as ciências sociais em prol de olhares e perspetivas multidisciplinares. A memória anda de mãos dadas com o patrimônio cultural: existem memórias e patrimônios pois os mesmos não são únicos. Os mesmos existem, diversificam-se e diferenciam-se consoante o número de grupos, de comunidades, de interpretações e de realidades que existem (HALBWACHS, 1992; NORA, 1993; ALMEIDA, 1993). Halbwachs (1992) refere no seu texto “On Collective Memory” que é na sociedade que as pessoas adquirem as suas memórias e que na mesma as lembram, as reconhecem e as localizam. A memória é também, assim, uma construção social, tal como o patrimônio cultural, que é alterada e modelada ao longo do tempo consoante as mudanças das próprias características dos grupos. Daqui se consegue perceber que a atribuição ao patrimônio de um conceito como o de autenticidade conduzirá a uma interpretação errada do mesmo, pois a autenticidade assenta numa lógica de realidade inalterável (JONES, 2010). A propósito deste conceito de autenticidade, Jones (2010) apresenta duas aproximações: uma primeira, denominada de materialista, que assenta na ideia que a autenticidade é uma característica natural e intrínseca dos objetos, ou seja, de eles corresponderem exatamente ao seu estado de origem em termos de material, design, produção e uso; uma segunda, construtivista, que se apoia na ideia que a autenticidade é uma

PATRIMÔNIO(S) E LUGARES DE MEMÓRIAS: UMA... | Catarina Nogueira Pereira | Diogo Guedes Vidal 105

construção social (JONES, 2010). A visão materialista assume que um bem patrimonial não pode sofrer alterações o que contraria a visão defendida até agora do patrimônio mutável com a passagem do tempo. Neste sentido, a adoção de uma visão construtivista encaixa na visão de um patrimônio como uma construção social, fruto de um espaço e de um tempo, desenvolvido dentro de uma comunidade e de um grupo.

Diz-nos também Halbwachs (1992) que, à semelhança do patrimônio, e contrariando a visão do século XIX em que tudo devia ser conservado, a memória é seletiva pois o grupo só guarda aquilo que para ele, num dado espaço e tempo, é realmente importante para que as gerações futuras recebam. O autor permite-nos perceber que a memória coletiva é a junção de múltiplas memórias individuais e, por isso, é também ela a base da construção da identidade, reforçando a coesão dentro do grupo. Mas o papel que a memória pode desempenhar, e desempenha, vai muito para além da coesão interna do grupo e da construção da sua identidade. Ela permite que a dimensão imaterial do patrimônio seja preservada, através das ideias, dos rituais e dos hábitos quotidianos. Almeida (1993) refere que o “...patrimônio é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades, desde a vicinal paroquial, à concelhia, à regional, até à nacional e internacional.” (ALMEIDA, 1993, 407-408). Esta afirmação vai de encontro ao defendido por outros autores (HALBWACHS, 1992; NORA, 1993; PERALTA; ANICO, 2006) no que se refere ao carácter dinâmico do patrimônio pois o mesmo não é um elemento fechado. Enquanto entidade viva, ele move-se, altera-se e encontra-se sucessivamente em construção, seja pela mudança dos grupos ou pelas mudanças sociais.

A cidade do Porto é um espaço de práticas cotidianas muito diversificadas (VIDAL, 2016a), tendo vindo a ser palco de uma afluência turística. Fruto ou causa deste fenómeno, o reconhecimento por via de prémios como Melhor Destino Europeu colocou a cidade no centro dos destinos mais desejados (VIDAL, 2016b; VIDAL, 2017). A par deste reconhecimento, a indústria turística percebeu que o patrimônio cultural é uma ferramenta extremamente útil para a atração de pessoas (CARVALHO, 2010). A vontade desmesurada de obter lucro leva a que a cidade se reconfigure e se transforme em torno do turismo e daquilo que o mesmo espera encontrar na cidade. Talvez possamos afirmar que muitas das decisões que se tomam na cidade – abertura de novas ruas, construção de parques de estacionamento, novas lojas de marcas internacionais e uma abundância crescente de unidades hoteleiras – apenas surgem quando o *boom* turístico se tornou visível, pois anteriormente os residentes e os transeuntes já lá estavam, pois “A cultura e o patrimônio emergem nos últimos anos como recursos turísticos em diversas políticas e intervenções públicas” (CARVALHO, 2010, p. 123). A vontade de se querer tornar tudo como um objeto turístico resulta no surgimento de espaços

descaracterizados, lugares que procuram representar a identidade de um povo, comunidade ou grupo através de uma recriação e que, nesse sentido, acabam por estar descontextualizados (PERALTA, 2000). O que acontece é que estes espaços, supostamente representativos da identidade do passado e da comunidade da cidade, não permitem a identificação dos próprios habitantes da cidade, ou seja, o grupo ou a comunidade não se reconhece nesses espaços, sendo por isso um produto meramente turístico carrado de um vazio patrimonial. O problema é tornar o turismo cultural como um produto de lucro fácil e de monitorização frágil. Como Choay (1999) alerta: “...os monumentos e patrimônios históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas a disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 1999, p. 211).

É reconhecido que o turismo fomenta a divulgação do património cultural da cidade, permite a manutenção e preservação dos monumentos e torna a cidade num espaço aberto ao mundo. Contudo, a cidade do Porto, em particular, não tem conseguido encontrar um equilíbrio. A descaracterização da qual o centro histórico da cidade, classificado como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1996, tem sido alvo coloca até em causa a sua “rentabilidade turística”. A requalificação urbana na Rua Mouzinho da Silveira, por exemplo, representa um exemplo claro de Gentrificação (GLASS, 1964). Este conceito, inicialmente aplicado por Glass (1964) relativamente às mudanças das quais o centro de Londres foi alvo na segunda metade do século XX, traduz o enobrecimento de uma área da cidade e a sua ocupação por indivíduos de classe média e alta, iniciando um processo de “expulsão” gradual dos antigos residentes (especulação imobiliária). Este tipo de processo é visível no Porto com a requalificação do edificado, tornando os espaços outrora com condições consideradas inabitáveis em apartamentos luxuosos a preços elevados. Desta forma os moradores deixam de ter capacidade económica para continuarem a residir nestes espaços, bem como deixam de se identificar com os mesmos: “Ao receberem uma casa reabilitada e ao viverem num espaço requalificado, ainda que apenas por um estatuto patrimonial, os indivíduos são encarados como cobaias de experiências que visam testar e desenvolver novos modos de vida e uma nova identidade.” (PEIXOTO, 2005, p. 70)

Atualmente estes espaços são também muito procurados por estrangeiros e turistas, pelo facto da crescente oferta de *hostels* pelas cidades se fixar nestes edificados recuperados ou até mesmo para residência sazonal. A breve abordagem a este processo permite que justifique uma nova abordagem ao turismo cultural nas cidades, longe da oferta massificada de consumo de bens culturais, pois o turista de agora é mais exigente e quer ser participativo (CARVALHO, 2010).

Apoiando-nos na ideia de que quando falamos de patrimônio cultural estamos sempre a falar da sua dimensão intangível, ou seja, imaterial (TORRICO, 2006), acreditamos que seria importante olhar o patrimônio em ruínas na cidade. Se a materialidade do patrimônio se encontra em ruínas, a sua dimensão imaterial persiste e resiste ao passar do tempo. Se patrimônio é construção social então nelas (nas ruínas) se encontram inscritos pedaços da memória coletiva, fragmentos que permitem que os indivíduos se identifiquem com restos do passado. Para Pierre Nora (1993) os Lugares de Memória cristalizam a memória coletiva. Sejam eles materiais ou imateriais, devem possibilitar a identificação ou o reconhecimento de um grupo ou comunidade, fomentado o desenvolvimento da sua identidade e do seu sentimento de pertença. Carlos Fortuna (1995) desenvolve um conceito que, em parte, se interliga com este: destruição criadora das identidades. Este refere-se a um processo de construção e desconstrução da nossa identidade por via do patrimônio cultural, na medida em que o processo de identificação com o bem, tal como o conceito de Nora, contribui para a formação da nossa identidade, alterando-a. Assim, o patrimônio é também um elemento importante de autoconhecimento. O que é importante nestes lugares, e aqui Nora (1993) refere-o, é que o mesmo possua, na sua base de formação, uma “vontade de memória”, ou seja, deve existir por parte da comunidade ou do grupo uma intenção de tornar este espaço memorável, de o considerar importante para transmitir e perdurar no tempo na medida em que o mesmo representa a sua identidade.

Na sociedade contemporânea, marcada pela Globalização e pela sociedade de consumo, a necessidade destes *lugares* aumenta pelo facto da própria evolução industrial e tecnológica impor um ritmo de crescimento e aceleração, contribuindo para uma massificação de uma memória passada e criada pelos meios de comunicação. A sociedade contemporânea é hoje uma sociedade sem rituais (LE GOFF, 1996).

As ruínas possuem uma capacidade de apaziguamento das consciências humanas quando nos identificamos com as mesmas (SIMMEL, 1958). Conseguimos construir um passado, ainda que mais ou menos irreal – já que é uma construção social – que faça sentido para nós. No espaço da ruína, a ruína enquanto lugar de memória, é o espaço por excelência do passado que já desapareceu mas que “...cria a forma presente da vida passada.” (SIMMEL, 1959[1911], p. 261). As ruínas e o contacto com as mesmas permite criar no presente uma ligação com o passado pois “...a ruína é um local de vida de onde esta já desapareceu...” (SIMMEL, 1959[1911], p. 261). As ruínas são uma construção social, ou melhor, representam um não reconhecimento, uma “...decadência política e...incúria dos indivíduos.” (FORTUNA, 1995, p. 15), pelo facto de serem exatamente ruínas e de terem perdido a sua função e utilidade, ou seja, o fim para o qual foram construídas.

Importa assim que as Ruínas do Edificado, enquanto lugares de memória, sejam um elemento reconhecido e valorizado da paisagem da cidade e que possibilitem uma identificação com um passado, desenvolvendo a construção da identidade e da memória coletiva. Importa também que se tenha presente o carácter dinâmico das ruínas, tal como o património cultural, na medida em que as mesmas comuniquem com o grupo ou com a comunidade onde se inserem.

Considerações Finais

A tentativa de uma definição de património cultural esbate-se nestas páginas. Se o património é construção social então ele é fruto de um grupo e, se assim o é, então cada grupo, cada comunidade, definirá para si o que é digno de ser considerado património.

O que importa concretizar agora é a importância que o mesmo desempenha na formação e construção da memória coletiva, através da sua dimensão imaterial, do seu processo do qual o grupo é parte integrante e que o mesmo se identifica. O património cultural encontra-se hoje envolto de uma componente vocacionada para o fator mercado, enquanto produto para venda, de consumo turístico exacerbado que coloca em causa a sua sustentabilidade, descaracterizando-o. Assiste-se ainda a uma política meramente de preservação, apelando vários autores a uma necessidade de salvaguarda, de dinamismo no processo de reconhecimento e de construção e reconstrução (ALMEIDA, 1993; FORTUNA, 1995; PEIXOTO, 2005; DUARTE, 2010). O cuidado no processo de patrimonialização e os perigos do reconhecimento do património cultural não devem ser descurados. A sua mediação e monitorização por uma equipa multidisciplinar, preparada para discutir e refletir sobre os impactos que o património poderá ter na identidade, deve ser repensada (PEIXOTO, 2005). Esta vontade de tornar património cultural um determinado bem para que o mesmo se torne rentável descaracteriza o património e torna-o meramente numa mercadoria. O caso da cidade do Porto, exemplo ilustrativo desta reflexão, representa este fenómeno que, ao longo destes últimos anos, transformou a cidade num espaço para os outros, para os turistas, não percebendo que essa política coloca também em causa a própria sobrevivência da atividade. O turismo cultural – o turismo é sempre cultural pois encontra-se enquadrado numa determinada cultura – é aqui entendido como potenciador de duas consequências: uma primeira que se relaciona com o facto do mesmo promover a conservação e preservação do património cultural com a venda e oferta turística, ou seja, a sustentabilidade económica do património; uma segunda, voltada para a salvaguarda do mesmo e para a sua descaracterização, fruto

da vontade de tornar o patrimônio cultural como mercadoria, produto massificado que se distancie da realidade.

Ainda que se tome consciência da urgência em se criar uma equipa multidisciplinar capaz de perceber as diferentes implicações que o turismo cultural em massa poderá trazer ao patrimônio cultural, o mesmo continua a ser vendido enquanto mercadoria e produto para consumo rápido, contribuindo para o seu desgaste. Apesar de tudo isto, devemos ter presente que a cultura, e o patrimônio, são elementos fluídos, transformados e transformadores, veículos de empoderamento das comunidades e de segurança identitária e de pertença que não se esgotam nos bens patrimoniais.

Referências

ALMEIDA, Carlos Ferreira. Patrimônio - Riegl e hoje. *Revista da Faculdade de Letras (FLUP) X, II*, 407-416, 1993.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: 1929-1989*. São Paulo: Edit. Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARVALHO, Paulo M. Turismo cultural, patrimônio e políticas públicas em territórios rurais de baixa densidade: eixos vertebradores de revitalização e de construção de novas identidades?. In: SANTO, Maria (org.). *Turismo cultural, territórios e identidades*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2010.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, Lda, 1999.

DUARTE, Alice. O desafio de não ficarmos pela preservação do patrimônio cultural imaterial. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, 1, 41-61, 2010.

FORTUNA, Carlos. Évora: um caso de destradicionalização da imagem da cidade. *Oficina do CES*, 1-24, 1997.

—. Por entre as ruínas da cidade: o patrimônio e a memória na construção das identidades sociais. *Oficina do CES*, 1-31, 1995.

FRIAS, Aníbal, e PEIXOTO, Paulo. Esthétique urbaine et jeux d'échelles: expressions graphiques et images du patrimoine au sein du monde universitaire de Coimbra. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 1-43, 2001.

GLASS, Ruth. *London: aspects of change*. Londres: Centre for Urban Studies/MacGibbon e Kee, 1964.

HALBWACHS, Maurice. *On collective memory*. Chicago: University Chicago Press, 1992.

HOBBSAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

JONES, Siân. Negotiating authentic objects and authentic selves: beyond the deconstruction of authenticity. *Journal of Material Culture*, 15, 181-203, 2010.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques (org.). *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.” *Projeto História*, 7-28, 1993.

PEIXOTO, Paulo. *Imagens e usos do patrimônio urbano no contexto da globalização*. 1997. Dissertação (Mestrado) Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Sociologia. Coimbra.

PEIXOTO, Paulo. O patrimônio mata a identidade. In: PERALTA, Elsa & ANICO, Marta. *Patrimônios e identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 2005.

PERALTA, Elsa, & MARTA Anico. Introdução. In: PERALTA, Elsa & ANICO, Marta. *Patrimônios e identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 2005.

PERALTA, Elsa. Patrimônio e identidade. Os desafios do turismo cultural. *ANTROPOLógicas*, 4, 217-224, 2000.

PRATS, Llorenç. *Antropologia y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.

SIMMEL, Georg. Two essays. *The Hudson Review*, 371-385, 1958.

—. The ruin. In: WOLFF, Kurt. *Essays on sociology, philosophy and aesthetics*, Nova Iorque: Harper, 1959[1911].

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. Oxon: Routledge, 2006.

TORRICO, Juan Agudo. Patrimônios e discursos identitários. In: PERALTA, Elsa & ANICO, Marta. *Patrimônios e identidades. Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 2005.

UNESCO. “Convenção para a Protecção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.” *Direção-Geral do Patrimônio Cultural*. Outubro - Novembro de 1972. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoParaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

—. “Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.” *UNESCO*. 13 de outubro de 2003. Disponível em <<https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

VIDAL, Diogo Guedes. Deambulando no Porto: notas introdutórias para uma sociologia do quotidiano. *Revista Café com Sociologia*, 5, 1, 7-10, 2016a. Disponível em <<https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/512>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

—. *Um Porto em cada Nós: imagens, representações, semânticas e memórias da cidade*. 2016b. 115f. Dissertação (Mestrado) Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Sociologia. Porto. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/84603>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

—. O Porto visto da FLUP: pistas para um conhecimento das imagens, representações, semânticas e memórias dos estudantes. *IS Working-Papers*, 56, 1-18, 2017. Disponível em <<http://isociologia.up.pt/pt-pt/working-paper/wp-56-o-porto-visto-da-flup-pistas-para-um-conhecimento-das-imagens-representa%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. *Patrimônio e Memória*, 5, 1, 137-152, 2000.

Recebido em: 22 de agosto de 2018
Aceito em: 17 de dezembro de 2018